

'Fake news', eleições e democracia

O vírus das notícias fraudulentas prepara o caldo de cultura do autoritarismo

*EUGÊNIO BUCCI, O Estado de S.Paulo

15 Março 2018 | 03h00

À medida que se aproximam as eleições, as fake news voltam a preocupar os observadores da cena política. Quanto aos políticos, que são os protagonistas da mesma cena, apenas procuram se valer do pretexto das fake news para abrir novas frentes de censura contra a imprensa. Tramitaram ou tramitam por aí projetos abilolados e inacreditáveis. Um desses pretendeu mandar para a cadeia autores de informações “prejudicialmente incompletas”. Trata-se de mais um delírio censório desse pessoal.

Que história é essa de incompletude prejudicial? Por acaso existiria a “completude não prejudicial”? Algum dia, um único dia que seja, alguma edição de jornal terá ido às ruas sem uma incompletude sequer? Não lhe terá faltado uma correção gramatical, um contraponto numa reportagem política ou o endereço de um restaurante? E se uma legislação desse tipo fosse adotada, quem seria incumbido de arbitrar e determinar o grau de prejuízo e o grau de incompletude numa informação “prejudicialmente incompleta”?

Bastam dez segundos de exame de uma ideia dessas para concluir que ela não tem objetivo nenhum de combater as tais fake news; sua meta real é lançar novas intimidações contra os jornalistas que reportam fatos inconvenientes aos políticos. Fiquemos longe disso, por favor. As fake news pra valer, que são elaboradas por grupos clandestinos e mal-intencionados com endereços incertos e não sabidos, que podem ficar nos confins da Macedônia ou nos porões de Moscou, não seriam alcançadas por legislações desse tipo.

Tenhamos bem claras as diferenças. Notícias críticas, mesmo que ocasionalmente incompletas (um jornal diário vai completando suas informações de um dia para o outro, a edição do dia seguinte é sempre um complemento da anterior), não ameaçam em nada a normalidade das eleições. Ao contrário, sem a imprensa vigilante a democracia se enfraquece. Quem é prejudicial à democracia, completamente prejudicial, são as mentalidades censórias. As fake news também são completamente prejudiciais, por certo, mas alguns dos remédios que vêm sendo prescritos a pretexto de combatê-las conseguem ser ainda mais completamente prejudiciais.

Isto posto, vale a pena olhar com menos oportunismo para as relações danosas entre fake news, eleições e cultura democrática. As notícias fraudulentas (na tradução precisa recomendada pelo professor e jornalista Carlos Eduardo Lins da Silva) são maléficas não somente por mesclarem falsidades e verdades. O problema maior das notícias fraudulentas não está nem na mentira. Está, antes, no lugar de onde elas provêm e no seu modo de produção.

Tratemos primeiro do lugar de origem. As fake news são produzidas em espaços que não guardam relações de pertencimento com o ambiente democrático ou com os valores da democracia. Uma redação minimamente profissional, quando erra, apressa-se a corrigir (se não fizer isso, perderá credibilidade). Já um centro gerador de notícias fraudulentas, que não tem compromisso com os fatos e age com a finalidade de lesar os direitos do público, pode muito bem insistir no erro. Esse tipo de fraude constitui uma ação proposital para sabotar os processos decisórios das sociedades democráticas e para danificar os circuitos pelos quais a vontade dos cidadãos se conforma e se projeta. Inoculado dolosamente nos organismos de sociedades democráticas (aquelas que dependem das escolhas das majorias e da garantia dos direitos das minorias para traçar os próprios rumos), o vírus desmoraliza e ridiculariza nada menos que os ritos da democracia. Quanto mais contaminadas, mais essas sociedades ficam vulneráveis a apelos autoritários. Dessa forma, as notícias fraudulentas preparam o caldo de cultura do autoritarismo. Mais do que ajudar um ou outro candidato a vencer uma ou outra eleição, desagregam a cultura democrática e fomentam o encanto dos discursos de prepotência.

Também por isso, os melhores antídotos contra esses novos vírus digitais são aqueles que fortalecem o debate democrático, não os que levam a sociedade a buscar socorro em tutelas estatais. Leis mais ou menos censórias apenas infantilizam os cidadãos (que acabam postos no papel de crianças que precisam de pajem). Ou a democracia inventa mecanismos livres para desmontar as fraudes que pipocam nas redes sociais (por meio da checagem promovida pelas redações profissionais em rede com associações colaborativas) ou as notícias fraudulentas terão vencido a queda de braço.

Tratemos, por fim, do modo de produção dessas fraudes. Todos sabem (e não se cansam de repetir) que a mentira sempre existiu na política. A questão, agora, é que a mentira política – que antes se viabilizava como um esforço cuja compensação se limitava à eventual conquista do poder – se tornou, também, um negócio economicamente lucrativo. Esse negócio – atenção para isso – independe dos interesses partidários de seus agentes. A lógica da indústria do entretenimento instalada na internet, que remunera os criadores de “conteúdo” pelo número de “seguidores”, paga bem pelas fraudes que arrebatam as multidões.

A mesma lógica, por sua vez, está relacionada a um mercado monopolizado em escala global por megacorporações como Facebook, Twitter e Google. Não por acaso, os monopólios globais, bem como esse modo de produção de “conteúdos” mentirosos (o “modelo de negócio” das notícias fraudulentas) são incompatíveis com a ordem democrática.

Num tempo em que os valores da democracia andam em baixa, em que a popularidade de populistas segue em ascensão, os ventos parecem favorecer os forjadores de fraudes noticiosas, assim como vêm favorecendo os profetas das mágicas autoritárias. Nesta hora, só os valores da cultura democrática e o exercício da liberdade podem proteger a democracia. O resto é mentira.

*JORNALISTA, É PROFESSOR DA ECA-USP

Mais conteúdo sobre:

[Espaço Aberto](#)

[Eugênio Bucci](#)

[fake news](#)

[O Estado de S. Paulo](#)

[rede social](#)

[eleições 2018](#)

[fake news \[notícia falsa\]](#)

Encontrou algum erro? [Entre em contato](#)

Cupons Estadão

PUBLICIDADE

Cupom Americanas

Até 10% de desconto em Smartphones!

Descontos Submarino

Notebooks com até 25% de desconto!

Promoção Casas Bahia

Até 35% de desconto em Smart TVs

Dois lados do combate ao PCC

Combate não terá o resultado desejado se, junto com a maior integração dos serviços de informação das duas polícias, a Civil e a Militar, o governo do Estado não tomar medidas efetivas e muito mais ousadas

O Estado de S.Paulo

03 Dezembro 2018 | 03h00

As novas descobertas sobre o Primeiro Comando da Capital (PCC) mostram que essa organização criminosa continua não só ativa, como cada vez mais atrevida e audaciosa, apesar das periódicas declarações otimistas das autoridades sobre progressos que estariam sendo feitos em seu combate. O que tem inegavelmente progredido é apenas uma das partes que têm de ser feitas – a investigação –, que raramente é seguida pela outra, a das ações concretas para desarticular e diminuir progressivamente o poder que o PCC tem dentro e fora dos presídios.

Segundo reportagem do **Estado**, por meio da interceptação de mensagens trocadas entre membros da cúpula da organização criminosa, a Polícia Militar descobriu um plano para assassinar o ex-secretário de Administração Penitenciária (de 2006 a 2009) e de Segurança Pública de São Paulo (2009 a 2012) **Antônio Ferreira Pinto**, com o objetivo de amedrontar o governo do Estado e assim levá-lo a desistir de seus planos de transferir líderes do PCC para presídios federais de segurança máxima, com maior isolamento e disciplina mais rígida.

A escolha de Ferreira Pinto, logo posto sob proteção policial, se deve ao fato de ter sido ele quem pela primeira vez sugeriu enviar líderes do PCC para presídios federais. Só agora isso começou a ser feito,

com a remessa de parte do segundo escalão do PCC, por decisão da Justiça, que levou em conta informações de que o grupo pretendia ordenar o assassinio de bandidos rivais e atentados contra agentes penitenciários. Essa, além das investigações, é uma das raríssimas áreas em que algo concreto está sendo feito contra o PCC no momento. De todos os chefões do crime presos, o único que ainda não foi enviado para penitenciária federal é Marcola, mas sua transferência está sendo preparada pelo Ministério Público Estadual.

Tão importante quanto a descoberta dessa e outras ações audaciosas – como um plano para libertar parte da cúpula do PCC, presa na Penitenciária 2 de Presidente Venceslau – foi o fato de que a Polícia Civil, depois de meses de investigação, prendeu um elemento-chave da estrutura do PCC, Gilberto Ferreira, o Beto, considerado o responsável pela guarda do cadastro de todos os membros da quadrilha. Se se confirmarem as primeiras avaliações dos documentos apreendidos, feitas por policiais do Departamento de Narcóticos (Denarc), da Secretaria de Segurança Pública, será possível saber o número exato dos membros do PCC – hoje estimados em aproximadamente 30 mil em todo o País, sendo 10 mil apenas em São Paulo – e mapear toda a hierarquia funcional do bando.

Isso porque os livros de anotações e arquivos de computadores encontrados com Gilberto Ferreira seriam o Livro Branco (com nome, local e data de ingresso no PCC, assim como quem avalizou sua aceitação) e o Livro Preto (a lista de criminosos em débito com a organização, infração em geral severamente punida). Destrinchar essas informações é uma tarefa básica, que demandará trabalho de toda a Polícia Civil, como afirma o delegado Alberto Pereira Matheus Júnior, do Denarc. Mas esse é um esforço que não pode deixar de ser feito, porque se trata de informações decisivas no combate ao PCC, que controla o crime organizado em São Paulo, estende-se por outros Estados e já tem ramificações no exterior.

Mas esse combate não terá o resultado desejado se, junto com a maior integração dos serviços de informação das duas polícias, a Civil e a Militar, o governo do Estado não tomar medidas efetivas e muito mais ousadas do que as adotadas até hoje para combater a corrupção nos presídios. É o controle sobre eles que permite ao PCC planejar e comandar ações que o tornaram uma poderosa organização criminosa, que entrou no tráfico de drogas, hoje seu principal negócio, já tem ramificações em países vizinhos – e até ligação com a máfia italiana – e movimenta cerca de R\$ 400 milhões por ano.

Mais conteúdo sobre:

[Editorial Estadão](#)

[PCC](#)

[O Estado de S. Paulo](#)

[PCC \[Primeiro Comando da Capital\]](#)

[Polícia Militar](#)

[Polícia Civil](#)

[Secretaria de Segurança Pública](#)

[sistema penitenciário](#)

[tráfico de drogas](#)

Encontrou algum erro? [Entre em contato](#)

SIGA O ESTADÃO

Cupons Estadão

PUBLICIDADE

Cupom Americanas

Até 10% de desconto em Smartphones!

Descontos Submarino

Notebooks com até 25% de desconto!

Promoção Casas Bahia

Até 35% de desconto em Smart TVs

